



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambé – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**Inspeção realizada na 2ª Vara da Comarca de Boa  
Viagem/CE**

**RELATÓRIO**

**Portaria nº 31/2022/CGJCE  
(DJe 21/06/2022)**

**Corregedor Geral da Justiça:**

**Paulo Airton Albuquerque Filho**

**Juiz Corregedor Auxiliar:**

**Josué de Sousa Lima Júnior**



1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO		
Processo	Nº Pje: 0000556-67.2022.2.00.0806	
Unidade	2ª Vara da Comarca de Boa Viagem	
Entrância	Intermediária	
Endereço	Rua José Rangel de Araújo, Altos, Centro	
Telefone	88-3427-1708	
Portaria	31/2022/CGJCE	
2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS - DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE) E DO SETOR COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.		
Nome: <b>Flávio Vinícius Alves Cordeiro</b>		Matrícula: <b>43851</b>
Ingresso na Magistratura: 28/02/2020 Ingresso na Vara: 08/07/2022	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Juiz de Direito ( ) Juiz Substituto ( ) Titular ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Respondendo Portaria 1559/2022	
Exercício cumulativo: ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( ) Não	Quais? Vara Única Criminal da Comarca de Canindé/Ce	
O juiz reside na Comarca?	( ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não	
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	( ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não	
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	(x) Sim ( ) Não Qual? Coordenador do CEJUSC – Boa Viagem	
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( ) Não	
O Juiz exerce a função de magistério?	( ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?	
3 DO QUADRO DE PESSOAL - DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)		
<b>Analistas Judiciários</b>	<b>Total</b>	<b>0</b>
Não contempla esta categoria.		
<b>Juízes Leigos</b>	<b>Total</b>	<b>0</b>
Não contempla esta categoria.		
<b>Oficiais de Justiça</b>	<b>Total</b>	<b>3</b>
José Maria Moreira Barros		94
Francisco Ednaldo de Sousa Almeida		484
Eluana Pereira Nunes		23122
<b>Técnico Judiciário</b>	<b>Total</b>	<b>1</b>
Lucimar Pereira Xavier Cavalcante		640
<b>Auxiliares Judiciais</b>	<b>Total</b>	<b>1</b>
Maria Vanderli de Sousa Evangelista		684
	<b>Total</b>	



<b>Estagiário de Pós Graduação</b>	<b>Total</b>	<b>0</b>
Não contempla esta categoria.		
<b>Estagiário de Graduação</b>	<b>Total</b>	<b>0</b>
Não contempla esta categoria.		
<b>Terceirizado</b>	<b>Total</b>	<b>0</b>
Não contempla esta categoria.		
<b>Cedido</b>	<b>Total</b>	<b>7</b>
Liciane Mendes de Oliveira		41612
Denis de Oliveira Lima		41605
Francisco Diego Rodrigues de Andrade		23310
João Batista Ramos dos Reis		23311
João Pedro da Costa Figueiredo		41606
Ana Selma Alves Pereira		41694
Samylle Batista da Silva		43126
<b>Cargos em Comissão</b>	<b>Total</b>	<b>3</b>
Mikéias Viana Rodrigues, Supervisor		22311
Lia Alves Martins, Assistente		41523
Rafael de Alcântara Vasconcelos		45667
<b>4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA- DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)</b>		
Nome: Alessandra Akemi Oyamaguchi	(x ) Titular ( ) Respondendo	
Responde por outras Comarcas? ( ) Sim (x ) Não	Quais?	
<b>5 DO DEFENSOR PÚBLICO – DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)</b>		
Nome: Kelsen Gonçalves da Silva	( ) Titular (x) Respondendo	
Responde por outras Comarcas? (x ) Sim ( ) Não	Quais? Defensoria Criminal da 1ª Vara da Comarca de Boa Viagem/Ce Defensoria Criminal da Comarca de Acopiara/Ce	
<b>6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>		
<b>Das Comarcas com 2 Varas</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processar, julgar e executar as causas cíveis; exercer as atribuições judiciais e administrativas previstas na legislação especial de proteção integral à criança e ao adolescente; e exercer a função de juiz corregedor permanente dos serviços extrajudiciais, atuando inclusive nos processos disciplinares dos notários e registradores.</li> </ul>		
<b>7 DO ACERVO PROCESSUAL - DADOS ENCAMINHADOS E CALCULADOS PELO SETOR COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.</b>		
Processos (Pendentes de Baixa)	2560	



Procedimentos (Pendentes de Baixa)		21
Cartas Precatórias, Rogatórias Ou De Ordem (Pendentes de Baixa)		89
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE		1810
Data da Inspeção: 24 a 25 de setembro de 2019	Nº CPA: 8502634-83.2019.8.06.0026	
( ) Diminuiu ( x ) Aumentou	Diferença:	750
Tramitação Processual ( ) Físico ( x ) Digital ( ) Físico/Digital		
<b>8 DA PRODUTIVIDADE – DADOS ENCAMINHADOS E CALCULADOS PELO SETOR COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.</b>		
<b>DADOS DO MAGISTRADO</b>		
<b>8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)</b>		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	1571	130,92
Acordos	175	14,58
Decisões	3056	254,67
Audiências	537	44,75
Despachos	6280	523,33
<b>DADOS DA UNIDADE</b>		
<b>8.2 Gestão de desempenho</b>		
Processos novos		1028
Processos pendentes de julgamento		1876
Processos julgados		889
Processos pendentes de baixa		2560
Processos baixados		928
<b>8.3 Gestão do acervo</b>		
Processos conclusos para Sentença		53
Processos julgados e não baixados		327
Processo Suspenso		247
Processos Reativados no mês		12
Processos Transitados no mês		116
Processos em grau de recurso no mês		72
Processos remetidos a outro foro no mês		2
Processos arquivados definitivamente no mês		125
Processos entrados no mês		223
Processos julgados no mês		98
<b>Processos prioritários (conforme listas anexas)</b>		
Idoso	Pendente de Baixa	198
Menor	Pendente de Baixa	155
Cirurgia, Leito hospitalar e medicamentos	Pendente de Baixa	1
Doença Grave	Pendente de Baixa	3
<b>8.4 Processos paralisados há mais de 100 dias</b>		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		352
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		112
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		21
Total		485
<b>8.5 Gestão de Tempo e Qualidade</b>		



Índice de processos com assunto cadastrado	99.77%
Índice de conformidade de classe (CNJ)	100%
<b>9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS - DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)</b>	
<b>9.1 VISÃO GERAL</b>	
<b>9.1.1 Processos Conclusos</b>	
Para Despacho	337
Para Decisão Interlocutória	53
<b>9.1.2 Liminares Pendentes de Análise</b>	
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	12
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	(x) Sim ( ) Não
Como é feito esse controle? O gabinete do magistrado e a sua equipe adota a rotina de decidir já na análise da inicial o deferimento ou não das liminares, não postergando a sua apreciação.	
<b>9.1.3 Custas Finais</b>	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(x) Sim ( ) Não
Como é feito? A Secretaria realiza a intimação da parte condenada a pagar as custas finais, após o trânsito em julgado. Logo em seguida, se houver o decurso do prazo sem pagamento é enviado ofício para inscrição na dívida ativa, e, posteriormente, realizamos o arquivamento dos autos.	
<b>9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)</b>	
<b>9.2.1 Tribunal Popular do Juri</b>	
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	0
Juris realizados nos últimos 12 meses	0
Juris pendentes de realização	0
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	0
Processos inseridos na Meta ENASP	0
<b>9.2.2 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal</b>	
Cumprimento em Regime Fechado	0
Cumprimento em Regime Semiaberto	0
Cumprimento em Regime Aberto	0
<b>9.2.3 Infância e Juventude</b>	
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	137
Total de processos de apuração de Ato Infracional	18
Total de processos de execução de medida socioeducativa	15
<b>9.2.4 Processos cíveis</b>	
Mandado de Segurança	8
Ação Civil Pública	57
Ações de Improbidade Administrativa	37
<b>10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</b>	
<b>10.1 Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais</b>	
Nada consta	
<b>10.2 Processos com Representação</b>	
0000113-19.2022.2.00.0806 – Representação por Excesso de Prazo	
<b>11 DAS AUDIÊNCIAS</b>	
<b>11.1 Produtividade nos últimos 12 meses</b>	
Total de audiências agendadas	38



Total de audiências realizadas	2
Audiências não realizadas	0
Total de Audiências canceladas/redesignadas	0
Data de Audiência mais longíqua	29 novembro de 2022
<b>11.2 Situação geral</b>	
Processos aguardando a designação de audiências	0
Processos aguardando a realização de audiências	40

## 12 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE - DADOS EXTRAÍDOS DO FICVI (ELABORADO PELA UNIDADE)

### Gestão de Processo de Trabalho

Como é feita a abertura de Malote Digital	(x ) servidor específico ( ) revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional	(x) servidor específico ( ) revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	(x ) sim ( ) não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	(x ) sim ( ) não

## PROCESSOS INSPECIONADOS

### 1) META 02

0006892-41.2011.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de inventário ajuizada em 14.12.2011. Decisão em 14.05.2020: <i>À vista do exposto, defiro o pedido da parte credora e ordeno a renovação e expedição de ordem de indisponibilidade dos saldos bancários caso existentes em nome da parte devedora até o valor indicado na execução. A efetivação do pleito dar-se-á através de consulta direta no sistema por parte deste magistrado tendo em vista as normas do convênio assinado pelo egrégio Sodalício com o BACEN. Efetivada a indisponibilidade dos ativos pertencentes à parte devedora e, não se tratando de verba impenhorável, lavre-se o termo de penhora seguindo-se a intimação da parte executada e do banco-depositário (artigo 652, §§1º e 5º do CPC). Constatada a inexistência de ativos financeiros em favor do(a) executado(a), intime-se, desde já, a parte credora para que requeira as providências cabíveis.</i> Despacho em 17.12.2021: <i>Diante do exposto, RECEBO o pedido de habilitação de fls. 98/99, determinando a CITAÇÃO DO SR. JOAO MARCOS UCHOA CAVALCANTE SAMPAIO</i></p>
---------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



	<p>para pronunciar-se acerca do pedido no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do art. 690, do CPC/2015. Por força do art. 689, fica suspensa a tramitação do feito em relação a quaisquer atos constritivos, devendo ser retomado o trâmite regular do processo após a decisão final acerca do pedido de habilitação. Decorrido o prazo ora deferido, com ou sem a apresentação de impugnação, retornem-me os autos conclusos para decisão. Concluso para despacho em 28.09.2022. Ao juiz para análise.</p>
0000602-20.2005.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de inventário ajuizada em 25.04.2005. Despacho em 23.09.2021: <i>Diante do recolhimento das custas do oficial de justiça (fls. 110/112), cumpra-se o despacho de fl. 102.</i> Concluso para despacho em 30.06.2022. Ao juiz para análise.</p>
0006543-38.2011.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de cobrança ajuizada em 01.11.2011. Despacho em 23.09.2022: <i>Providencie a Secretaria a intimação do perito nomeado por meio de endereço eletrônico, para tomar ciência do encargo, assim como indicar data pra a realização da perícia, devendo o(a) perito(a) nomeado(a) comunicar tal informação a este juízo, com antecedência mínima de 30 dias, o que poderá ser feito por meio do e-mail: <a href="mailto:boaviagem.2@tjce.jus.br">boaviagem.2@tjce.jus.br</a>. De posse de tais informações, o(a) requerente deverá ser pessoalmente intimado(a) para comparecer ao ato, munido(a) de todos os exames e laudos aptos a demonstrar a invalidez alegada.</i> Prazo em curso.</p>
0009595-66.2016.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de inventário ajuizada em 29.08.2016. Despacho em 14.01.2022. Concluso para decisão interlocutória em 22.07.2022. Ao juiz para análise.</p>
0017805-38.2018.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de investigação de paternidade ajuizada</p>



	em 13.06.2018. Despacho em 11.03.2020: <i>Cumpra(m)-se a(s) determinação(ões) de página 19 dos autos.</i> Despacho em 23.09.2021: <i>O despacho de fl. 17 determinou a citação do requerido por carta precatória. Ocorre que, apesar do extenso lapso temporal, a diligência ainda não foi cumprida. Assim, proceda-se o cumprimento do despacho retro com urgência.</i> À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
0017127-23.2018.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação monitória ajuizada em 07.03.2018. Despacho em 17.06.2021: <i>Da análise do caderno processual, vemos que a certidão de fl. 84 informou não ter sido localizados os requeridos, além de ter informado que a pessoa jurídica foi dissolvida, além dos proprietários estarem residindo no Estado do Pará. Ante o exposto, INTIME-SE A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 dias, manifestar-se requerendo as medidas que entender cabíveis.</i> Despacho em 01.09.2022: <i>Considerando o relevante lapso temporal decorrido desde a expedição das cartas de intimação de fls. 92/94, CERTIFIQUE-SE se elas as foram devidamente remetidas aos seus destinatários e, em caso positivo, JUNTEM-SE os respectivos comprovantes, DILIGENCIANDO em busca dos avisos de recebimento.</i> À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
0006723-83.2013.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de inventário ajuizada em 30.07.2013. Ato ordinatório em 29.06.2021: <i>Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento n.º 02/2021, publicado às fls. 4/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo.</i> Despacho em 21.10.2021: <i>Assim, DETERMINO a autuação do incidente em autos apartados, apensos ao principal, na forma do art. 623, parágrafo único, do CPC. INTIME-SE o inventariante para se defender e produzir provas, no prazo de 15 dias (CPC/2015, art.</i>



	623, <i>caput</i> ). À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
0006550-30.2011.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de inventário ajuizada em 01.11.2011. Despacho em 15.02.2022: <i>Assim, INTIME-SE a Sra. Raquel Angelim de Oliveira, por meio do seu casuístico, a fim de trazer aos autos o endereço atualizado do herdeiro Wellington Lima dos Santos no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção sem resolução de mérito, conforme art. 485, III, do CPC.</i> Certificar decurso do prazo.
0009784-44.2016.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação monitória ajuizada em 30.09.2016. Despacho em 21.09.2021: <i>DILIGENCIE a secretaria no cumprimento do despacho de fl. 85 nos termos e na sequência de expedientes por ele determinados.</i> Despacho em 01.09.2022. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
0006465-10.2012.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação ordinária ajuizada em 01.06.2012. Despacho em 27.09.2022: <i>Tendo em vista a certidão de fl. 163, NOMEI-SE o perito por meio do sistema AJG.</i> À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
<b>2) META 04</b>	
0002964-76.2014.8.06.0116	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de improbidade administrativa ajuizada em 27.05.2014. Audiência em 28.07.2021. Despacho em 04.05.2022: <i>Tendo em conta que, por força do art. 10 do CPC, ao Juiz não é dado decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, abra-se vista ao Ministério Público para que, no prazo de 05 dias, se manifeste quanto ao pedido do réu. Após, voltem-me conclusos para sentença.</i> Concluso para sentença em 26.05.2022. Ao juiz para análise.



0000142-75.2018.8.06.0116	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de improbidade administrativa ajuizada em 20.08.2018. Despacho em 12.01.2022: <i>Com fulcro no art. 17, §4º, da Lei nº 8429/1992, ABRAM-SE VISTAS dos autos ao Ministério Público, para, no prazo legal, apresentar manifestação. Após, voltem-me os autos conclusos, para os fins dos §§ 8º e 9º do art. 17 da Lei nº 8.429/92.</i> Despacho em 09.06.2022: <i>Assim, INTIMEM-SE os réus João de Oliveira Costa e Pauline Freitas Kalil, através do seus advogados constituídos, para, no prazo comum de 30 (trinta) dias, querendo, apresentarem contestação. Decorrido o prazo, sem manifestação, CERTIFIQUE-SE, retornando-me conclusos. Por fim, ordeno que a Secretaria promova celeridade nesta demanda, assim como nas demais que constam da lista da Meta 04 do CNJ.</i> Concluso para decisão interlocutória em 11.08.2022. Ao juiz para análise.</p>
0000121-02.2018.8.06.0116	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de improbidade administrativa ajuizada em 20.11.2018. Despacho em 10.06.2022: <i>De igual sorte, INTIMEM-SE pessoalmente os requeridos que foram notificados, mas que não apresentaram manifestação, dando-lhe a mesma oportunidade. Por fim, ordeno que a Secretaria promova celeridade nesta demanda, assim como nas demais que constam da lista da Meta 04 do CNJ.</i> Concluso para despacho em 20.09.2022. Ao juiz para análise.</p>
0004351-24.2017.8.06.0116	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de improbidade administrativa ajuizada em 29.06.2017. Despacho em 08.06.2022: <i>Pois bem. Considerando que referida norma é de natureza processual, regida, portanto, pela regra do tempus regit actum, e tendo em vista que, antes da decisão de fls. 169/170, o último ato foi a intimação do autor para apresentar réplica (fls. 165/168), tendo se mantido inerte, DEFIRO o pedido do Ministério Público, e ORDENO a juntada a</i></p>



	<p><i>estes autos da cópia da inicial e dos acórdãos provenientes do processo nº 2703-14.2014.8.06.0116, deixando de determinar a juntada da sentença, pois ela já se encontra às fls. 18/22. Ademais, cumprida a diligência, INTIMEM-SE AS PARTES, para tomar ciência da juntada de tais documentos, bem como para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o interesse em produzir outras provas além da documental, especificando-as e justificando a sua pertinência e utilidade, sob pena de indeferimento, em caso de pedido genérico. Concluso para decisão interlocutória em 24.08.2022. Ao juiz para análise.</i></p>
0000120-17.2018.8.06.0116	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de improbidade administrativa ajuizada em 05.09.2018. Despacho em 09.06.2022: Assim, INTIMEM-SE os réus que já apresentaram defesa preliminar, através do seus advogados constituídos, para, no prazo comum de 30 (trinta) dias, querendo, apresentarem contestação. De igual sorte, INTIME-SE pessoalmente o requerido Zarlul Kalil Filho, dando-lhe a mesma oportunidade. Por fim, ordeno que a Secretaria promova celeridade nesta demanda, assim como nas demais que constam da lista da Meta 04 do CNJ. Concluso para despacho em 30.08.2022. Ao juiz para análise.</p>
<b>3) META 12</b>	
0006242-86.2014.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação civil pública ajuizada em 15.05.2014. Audiência em 12.09.2022. Prazo em curso.</p>
<b>4) CONCLUSO PARA SENTENÇA</b>	
0050042-57.2020.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação reivindicatória ajuizada em 20.01.2020. Despacho em 12.04.2021: CITE-SE/INTIME-SE o requerido, no endereço apontado à fl. 88, do teor da decisão de fls. 73/77, bem como para oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, cuja contagem</p>



	seguirá as regras previstas no art. 231 do CPC. Despacho em 04.08.2021: <i>Diante da não juntada da peça de defesa, DECRETO a revelia do requerido e ANUNCIO o julgamento antecipado da causa. Intime-se tão somente a parte autora, em face da revelia do réu. Inexistindo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, voltem-se os autos conclusos para sentença.</i> Concluso para sentença em 10.01.2022. Ao juiz para análise.
0000810-12.2019.8.06.0116	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de improbidade administrativa ajuizada em 28.05.2019. Despacho em 30.08.2021: Nesse caminho, indefiro o protesto genérico de instrução probatória feito na exordial e na contestação, e, em obediência ao dever de cooperação, ANUNCIO o julgamento antecipado da causa. INTIMEM-SE AS PARTES. Inexistindo irresignação no prazo de 15 (quinze) dias, voltem-se os autos conclusos para sentença. Concluso para sentença em 04.03.2022. Ao juiz para análise.
0009798-28.2016.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de reintegração de posse ajuizada em 04.10.2016. Audiência em 01.08.2017. Audiência em 06.10.2021. Audiência em 24.11.2021. Concluso para sentença em 07.03.2022. Ao juiz para análise.
0050369-65.2021.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de indenização por danos morais ajuizada em 18.05.2021. Audiência em 22.07.2021. Audiência em 22.02.2022. Concluso para sentença em 13.05.2022. Ao juiz para análise.
0002994-39.2019.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação ordinária ajuizada em 17.07.2019. Audiência em 01.12.2020. Despacho em 10.08.2021: <i>Nesse caminho, indefiro o protesto genérico de instrução probatória feito na exordial e na contestação, e, em obediência ao dever de cooperação, ANUNCIO o julgamento antecipado da</i>



	<p><i>causa. INTIMEM-SE AS PARTES. Inexistindo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, voltem-se os autos conclusos para sentença. Concluso para sentença em 16.05.2022. Ao juiz para análise.</i></p>
0002308-47.2019.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de improbidade administrativa ajuizada em 01.03.2019. Audiência em 27.08.2018. Audiência em 01.09.2020. Audiência em 27.01.2021. Despacho em 11.11.2021: <i>Diante disso, INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre tais questões, tendo em vista as implicações que eventual aplicação imediata das alterações legislativas em vigor podem trazer a esta demanda, requerendo o que entenderem pertinente. Em seguida, retornem-me os autos conclusos.</i> Concluso para sentença em 18.05.2022. Ao juiz para análise.</p>
0280005-28.2020.8.06.0116	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação civil pública ajuizada em 03.02.2020. Despacho em 09.11.2021: <i>INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre o estudo social (fls. 197/201) no prazo de 10 (dez) dias. Após, voltem os autos conclusos.</i> Despacho em 31.03.2022: <i>Nesse caminho, INDEFIRO o protesto genérico de instrução probatória feito pelas partes, e, em obediência ao dever de cooperação, ANUNCIO o julgamento antecipado da causa. INTIMEM-SE AS PARTES, através de publicação no diário da justiça. Inexistindo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, voltem-se os autos conclusos para sentença.</i> Concluso para sentença em 25.05.2022. Ao juiz para análise.</p>
0050551-51.2021.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação anulatória ajuizada em 13.07.2021. Audiência em 10.11.2021. Despacho em 11.05.2022: <i>Nesse caminho, já tendo-se indeferido o pedido de produção de prova oral e concedido o prazo para a instituição ré juntar prova documental, em obediência ao</i></p>



	dever de cooperação, ANUNCIO o julgamento antecipado da causa. INTIMEM-SE AS PARTES. Inexistindo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, voltem-se os autos conclusos para sentença. Concluso para sentença em 30.05.2022.
<b>5) IDOSO E OUTRAS PRIORIDADES</b>	
0050042-57.2020.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação reivindicatória ajuizada em 20.01.2020. Despacho em 12.04.2021: <i>CITE-SE/INTIME-SE o requerido, no endereço apontado à fl. 88, do teor da decisão de fls. 73/77, bem como para oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, cuja contagem seguirá as regras previstas no art. 231 do CPC.</i> Despacho em 04.08.2021: <i>Diante da não juntada da peça de defesa, DECRETO a revelia do requerido e ANUNCIO o julgamento antecipado da causa. Intime-se tão somente a parte autora, em face da revelia do réu. Inexistindo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, voltem-se os autos conclusos para sentença.</i> Concluso para sentença em 10.01.2022. Ao juiz para análise.
0000100-08.2010.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de inventário ajuizada em 08.02.2010. Despacho em 04.10.2021: O despacho de fl. 139 determinou a consulta ao sistema BACENJUD. Foi protocolado requisição de informações do saldo consolidado e contas bancárias, conforme certidão de fl. 142. À secretaria para diligenciar sobre resposta à consulta realizada ao sistema. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.
0200098-34.2022.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de reintegração de posse ajuizada em 01.02.2022. Audiência em 19.04.2022. Concluso para despacho em 19.05.2022. Ao juiz para análise.
0050478-16.2020.8.06.0051	Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022. Ação de inventário ajuizada em 18.06.2020. Despacho em 05.05.2022: <i>Ante a resposta</i>



0050551-51.2021.8.06.0051	<p><i>aos quesitos levantados pelo Ministério Público por parte da inventariante (fl. 315), ABRA-SE vista dos autos ao órgão ministerial, a fim de que se manifeste. Após, voltem conclusos. Concluso para despacho em 25.05.2022. Ao juiz para análise.</i></p> <p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de indenização por danos morais ajuizada em 13.07.2021. Audiência em 10.11.2021. Despacho em 11.05.2022: Nesse caminho, já tendo-se indeferido o pedido de produção de prova oral e concedido o prazo para a instituição ré juntar prova documental, em obediência ao dever de cooperação, ANUNCIO o julgamento antecipado da causa. INTIMEM-SE AS PARTES. Inexistindo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, voltem-se os autos conclusos para sentença. Concluso para sentença em 30.05.2022. Ao juiz para análise.</p>
<b>6) PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 (CEM) dias</b>	
0008004-64.2019.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de inventário ajuizada em 02.08.2019. Despacho em 19.04.2021: Diante do exposto, INTIME-SE o inventariante para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer se o herdeiro José Pereira Lima deixou outros sucessores e, em caso positivo, proceda à sua qualificação, na forma do art. 620, I, do CPC, de modo a se proceder à sua citação. Na mesma oportunidade, também deve juntar as procurações ad judícia dos filhos de Expedito Pereira Lima, além das certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais em nome dos falecidos Manoel Pereira de Sousa e Ana Joaquina da Conceição. Sem prejuízo da providência retro, DETERMINO que esta Secretaria diligencie junto ao SERASAJUD, a fim de verificar se existem débitos em nome dos autores da herança. À Secretaria para cumprir os expedientes necessários.</p>
0002699-40.2015.8.06.0116	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de execução de título extrajudicial ajuizada em 21.01.2015. Despacho em</p>



0050016-25.2021.8.06.0051

17.08.2021: Ante a certidão de fl. 172, INTIME-SE A EXEQUENTE para, no prazo de 10 dias, requerer as medidas que entender cabíveis. Despacho em 17.01.2022: *Considerando que a execução se consolidou no valor apontado pelo exequente (R\$ 1.000,00), chegando ao valor atualizado (outubro de 2021) de R\$ 1.462,15 (mil quatrocentos e sessenta e dois reais e quinze centavos), EXPEÇA-SE OFÍCIO AO MUNICÍPIO DE MADALENA, REQUISITANDO O DEPÓSITO DO MENCIONADO VALOR EM CONTA JUDICIAL, no prazo máximo de 02 (dois) meses, contado da entrega das requisições, REMETENDO-SE AS PEÇAS ESSENCIAIS PARA TAL PROVIDÊNCIA, na forma regulamentada na Resolução nº 18/2018 do Órgão Especial do TJ/CE1. Utilize-se o modelo de ofício no Anexo Único da referida Resolução. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.*

Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.

Ação de inventário ajuizada em 12.01.2021. Despacho em 07.06.2021: Cumpridas, pelo inventariante, as diligências determinadas às fls. 99/100, *DETERMINO que esta Secretaria: A) REQUISITE, junto ao INFOJUD, a cópia da última declaração de imposto de renda pessoa física em nome da falecida, procedendo à juntada aos autos, inclusive, de eventual resposta negativa; e B) INTIME as Fazendas Pública para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre as primeiras declarações. Deixo de abrir vistas ao Ministério Público em face da inexistência de interesse de incapaz na demanda. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, CERTIFIQUE-SE, retornando-me os autos conclusos.* Despacho em 20.09.2021: *DILIGENCIE a secretaria no cumprimento do despacho de fls. 148 nos termos e na sequencia de expedientes por ele determinados. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.*

0005122-47.2010.8.06.0051

Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.



	<p>Ação de execução ajuizada em 11.11.2010. Despacho em 08.07.2021: <i>Em razão da não localização de bens penhoráveis do executado, com supedâneo no art. 921, III, do CPC, SUSPENDO O CURSO DA EXECUÇÃO PELO PRAZO DE 01 ANO, até, portanto, o dia 08/07/2022. Decorrido o prazo de suspensão sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente, por força da regra insculpida do art. 921, §4º, do CPC. PROCEDA-SE ao registro da suspensão do feito no Sistema SAJ. Despacho em 31.08.2021: Ademais, ORDENO que a Secretaria PROCEDA À JUNTADA do resultado da consulta feita junto ao Sisbajud pelo protocolo de fl. 90. Em seguida, efetivado o bloqueio, nos termos acima determinados, INTIME-SE a parte EXECUTADA para que tomem ciência da constrição, nos termos do art. 854, § 2º, do CPC, requerendo o que entender cabível, no prazo de 10 (dez) dias. Empós, INTIME-SE o exequente para se manifestar, no mesmo prazo. Caso não seja detectado numerário suficiente, PROCEDA-SE à busca de ativos penhoráveis junto ao sistema RENAJUD e, em seguida, ao INFOJUD, até o valor integral para satisfação do débito. Efetivado o bloqueio, nos termos acima determinados, INTIME-SE a parte executada para que tome ciência da constrição. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.</i></p>
0000100-08.2010.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de inventário ajuizada em 08.02.2010. Despacho em 04.10.2021: O despacho de fl. 139 determinou a consulta ao sistema BACENJUD. Foi protocolado requisição de informações do saldo consolidado e contas bancárias, conforme certidão de fl. 142. À secretaria para diligenciar sobre resposta à consulta realizada ao sistema. À Secretaria para cumprir expedientes necessários.</p>
0016656-07.2018.8.06.0051	<p>Vistos em inspeção. Portaria n.º 31/2022/CGJCE, publicada em 21.06.2022.</p> <p>Ação de busca e apreensão ajuizada em 08.01.2018. Despacho em 20.05.2021.</p>



		Despacho em 22.09.2021: DILIGENCIE a secretaria no cumprimento do despacho de fls. 88 nos termos e na sequencia de expedientes por ele determinados. À Secretaria para cumprir os expedientes necessários.
13 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS – DADOS ENCAMINHADOS E CALCULADOS PELO SETOR COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.		
13.1 Taxa de Congestionamento		
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE (24 a 25 de setembro de 2019)		66,06%
2022		66,51%
13.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD		
2021		103,57%
2022		90,27%
13.3 Julgados/Casos Novos (Meta 2022 > 100%)		
2021		112,32%
2022		86,48%
13.4 Meta 1 (Meta 2022 > 100%)		
Percentual de atingimento em julho de 2022		106,57%
Total de processos novos em ____/____/____ (conforme listas anexas)-	Aguardando disponibilização do novo Painel de Metas do CNJ (SEI)	
Total de processos julgados até ____/____/____ (conforme listas anexas)-		
13.5 Meta 2		
Percentual de atingimento em julho de 2022		108,08%
Total de processos <b>inseridos na meta</b> e pendentes de julgamento em 29 de agosto de 2022 (conforme listas anexas)		181
13.6 Meta 4		
Percentual de atingimento em julho de 2022		109,02%
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 29 de julho de 2022 (conforme listas anexas)		9
14.8 Meta 8		
Percentual de atingimento em julho de 2022 (FEMINICÍDIO)	NA 200,00% 0	
Percentual de atingimento em julho de 2022 (VIOÊNCIA DOMÉSTICA)		
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 29 de julho de 2022 (conforme listas anexas)		
14.9 Meta 12		
Percentual de atingimento em julho de 2022		0,00%
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 29 de agosto de 2022 (conforme listas anexas)		1
13.7 Conciliação – DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)		
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2021		199
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2022, até o mês anterior em que a inspeção será realizada		143
14 DA VIDEOCONFERÊNCIA - DADOS EXTRAÍDOS DO FICOVI (ELABORADO PELA UNIDADE)		
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:		(X ) Sim ( ) Não
Possui sala específica para a videoconferência?		(X ) Sim ( ) Não



Cadastro no SIMAVI foi realizado:		(X ) Sim ( ) Não
Já realizou audiência por videoconferência:		(X ) Sim ( ) Não
<b>15 NORMATIVOS</b>		
<b>Provimento n.º 02/2021/CGJ</b> <b>DJe de 18.01.2021 (págs. 13.179).</b>	<p>Institui o Código de Normas Judiciais no âmbito do Estado do Ceará, em substituição aos provimentos anteriores que versem sobre o tema, em especial os artigos 1º ao 138 do Provimento nº 01/2007, datado de 19/01/2007, desta Corregedoria-Geral da Justiça.</p> <p>O referido provimento reúne todos os normativos expedidos e vigentes, constituindo-se como ato normativo uniformizador dos procedimentos relativos aos serviços judiciários de primeira instância do Estado do Ceará e às Turmas Recursais.</p>	
<b>16 RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES</b>		
<b>17 RECOMENDAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS</b>		
<p>18.1. Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2022, com destaque para as <b>Meta 1:</b> Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente. <b>Meta 2:</b> Identificar e julgar até 31/12/2022, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais. <b>Meta 4:</b> Identificar e julgar até 31/12/2022, 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão. <b>Meta 8:</b> Identificar e julgar, até 31/12/2022, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2020 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2020. <b>Meta 11:</b> Identificar e julgar, até 31/12/2022, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2020 nas respectivas instância. <b>Meta 12:</b> Identificar e julgar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2021.</p> <p>&lt;&lt;<a href="https://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metadados/justica-estadual/#">&lt;https://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metadados/justica-estadual/#&gt;&gt;</a>&gt;&gt;</p>		
<b>18.2. Inserir a tarja referente a feitos prioritários nos processos assim considerados, para facilitar a identificação e julgamento destes feitos;</b>		
<b>18.3. Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;</b>		
<b>18.4. Instituir rotina de cobrança de processos com carga que tenham ultrapassado prazo razoável;</b>		
18.5. Providenciar impulso oficial célere às Cartas Precatórias, analisando as 39 cartas precatórias existentes no módulo judiciário quanto ao seu cumprimento;		
18.6. Instituir rotina de cobrança de cartas precatórias, com o intuito de evitar que tais procedimentos fiquem paralisados no juízo deprecado;		
18.7. Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais;		
18.8. Verificar os processos 10 (dez) feitos conclusos para sentença mais antigos em trâmite na Unidade, os quais deverão ser devidamente analisados em ocasião da inspeção interna do corrente ano, em obediência ao Ofício Circular n.º 40/2021/CGJCE, datado de 15.02.2021;		
18.9. Realizar cobrança de todos os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias, caso a Unidade possua, com envio de ofício à COMAN, bem como instituir rotina de cobrança de mandados sem devolução há bastante tempo;		
18.10. O Gabinete deverá providenciar o saneamento do Sistema SEI, com o intuito de ele passe a		



refletir a real situação da unidade;
<b>18.11. Evitar despachar no sentido de determinar à Secretaria que agende as audiências do módulo judiciário, sendo interessante no corpo do despacho já ter a data do ato audiential a ser realizado.</b>
18.12. Manter, até 19/12/2022, a taxa de congestionamento da Unidade, a qual, atualmente, possui o valor de <b>67,33%</b> .
18.13 Manter rotina de análise nos processos que constam como paralisados há mais de 100 dias, salvo os processos que a suspensão foi determinada, cujo valor extraído do SEI, pela Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciárias é de 389 ações nesta situação (salvo suspensos por determinação).
18.14 Analisar se na unidade há demandas predatórias (envolvendo idosos e empréstimos bancários). Foi detectado diversas ações de um mesmo advogado com a mesma matéria. (Recomendação NUMOPEDE).
18.15 Analisar processos ag. análise de Secretaria (116, em 03.10.2022).
18.16 Consta 2 (dois) processos não digitalizados: 0006351-08.2011.8.06.0051 e 0050506-81.2020.8.06.0051.

## CONCLUSÃO

Esta inspeção foi realizada por meio virtual, nos termos do art. 35, Provimento nº 02/2021, desta egrégia Corregedoria: *“Art. 35. As inspeções dos serviços judiciais de 1º grau realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, consistirão na análise, seja no **formato virtual** ou presencial, de todos os aspectos necessários ao exame da regularidade dos serviços prestados pelas unidades judiciárias.”*

O processo de digitalização do acervo processual (**2.ª Vara da Comarca de Boa Viagem/CE tem 99,94% do acervo digitalizado, de acordo com o Banco de Informações Gerenciais**) e a esmerada utilização da ferramenta do Sistema de Estatísticas e Informações na confecção dos relatórios, a qual traz à baila todos os dados estatísticos dos módulos deste e. Tribunal de Justiça, trouxe a possibilidade desta Casa prosseguir, sem qualquer obstáculo, na avaliação das Unidades deste Tribunal Alencarino, de forma remota.

Portanto, este Órgão possui os instrumentos necessários para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Conforme alhures mencionado, a inspeção foi realizada (além da análise da tramitação dos processos judiciais), utilizando como parâmetro os dados estatísticos constantes no SAJPG e no Sistema de Estatísticas e Informações, extraídos no dia 29.08.2022 pela COORDENADORIA DE CORREIÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.

Analisando as estatísticas da 2ª Vara da Comarca de Boa Viagem/CE, constata-se que o módulo não se encontra cumprindo a meta estipulada no Plano Estratégico TJCE 2030 (Portaria nº 872/2022 da Presidência deste Tribunal) – 68,73%, no que tange à taxa de congestionamento (67,33% em 03.10.2022).



No que tange aos Julgados/Casos Novos, a Unidade inspecionada perfaz um total de 88,34% em 03.10.2022. Em relação aos processos pendentes de julgamentos insertos na Meta 02, CNJ constam 178. Recomenda-se ao douto magistrado o impulso constante dos processos insertos na mencionada Meta até seu efetivo desfecho, se possível.

No que concerne ao Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que mede a relação entre número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período, o módulo judiciário não alcançou a meta indicada para 2022 a saber: 118,90%, perfazendo um percentual de 91,88% em 03.10.2022.

Quanto ao número de precatórias em trâmite na Comarca, a saber, 39, deve a Secretaria enviaar esforços no sentido de verificar o efetivo cumprimento das cartas precatórias pendentes de cumprimento e, ainda, na outra linha, instituir uma rotina de cobrança com o fito de que tais procedimentos não fiquem paralisados no juízo deprecado.

No que tange aos 57 (cinquenta e sete) processos conclusos para sentença (lista extraída do Sistema de Estatísticas e Informações, em 03.10.2022), o Juiz deve realizar uma análise dos processos que se encontram nessa situação, **sobretudo regularizando a situação daqueles que EVENTUALMENTE não estão, de fato, prontos para o efetivo julgamento.**

Desse modo, cotejando os dados estatísticos da Unidade, percebe-se que as irregularidades no módulo em comento devem ser alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo, assim, ao desiderato maior da atividade censorial desta Corregedoria, sobretudo: (1) analisar os processos julgados e realizar a devida baixa (343, em 03.10.2022) a fim de amenizar a taxa de congestionamento; (2) priorizar a movimentação dos feitos insertos nas METAS 02 (178), META 04 (9) e META 12 (1) do Conselho Nacional de Justiça até o seu efetivo julgamento, ocasião em que destaque, novamente, a sensibilidade do assunto tratado neste parágrafo; (3) priorizar o impulsionamento dos processos com prioridade de tramitação; (4) incrementar a produtividade, no que tange à elaboração de minutas de despacho; (5) à secretaria cumprir com celeridade os pronunciamentos jurisdicionais; (6) impulsionar os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias (15,12% do acervo processual).

No que concerne aos processos objeto de análise por esta Casa, estes foram extraídos (por amostragem) das seguintes listas constantes no Sistema de Estatísticas e Informações:



Processos pendentes de julgamento – Meta 02
Processos pendentes de julgamento – Meta 04
Processos pendentes de julgamento – Meta 12
Concluso para sentença
Idoso e Outras Prioridades
Processos paralisados há mais de 100 (cem) dias

Verificou-se morosidade na Secretaria para cumprir os expedientes necessários (0017805-38.2018.8.06.0051), **constando processo paralisado há mais de 100 (cem) dias, aguardando cumprimento de expediente**. Ressalte-se que todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, inspecionados, estão aguardando cumprimento na Secretaria.

Quanto aos processos pendentes de julgamento (Meta 04, CNJ) inspecionados, nota-se que todos estão conclusos, devendo o douto julgados impulsionar/sentenciar com máxima prioridade.

Constatou-se processo concluso para sentença desde janeiro do corrente ano (0050042-57.2020.8.06.0051). No ponto, deve o magistrado sentenciar os feitos aptos para julgamento que já estão conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Importa mencionar que foi identificado quantidade significativa de processos aguardando diligências junto ao SISBAJUD (Ag. Protocolo e Resposta – 123, em 03.10.2022). Recomenda-se que o douto julgador fiscalize o cumprimento de tais diligências (Art. 35, VII, LOMAN). Consta processo na referida fila desde 29.10.2020 (0006952-09.2014.8.06.0051).

***Tomando por base os dados do SAJPG, em 03.10.2022, há 361 processos esperando despacho; 76 esperando decisão interlocutória e 59 processos esperando sentença, totalizando 496 feitos no aguardo de algum provimento judicial (19,28% do acervo).***

No que tange à atuação jurisdicional do Juiz, **em respondência**, Flávio Vinícius Alves Cordeiro, ao analisar a produtividade total do magistrado (incluindo outras Unidades Judiciárias), constam quanto ao número de julgamentos e emissão de atos judiciais, 1571 sentenças, 3056 decisões e 6280 de despachos, no período de agosto de 2021 e julho de 2022.,

Impende pontuar que o Juiz Titular do módulo em tela, Luis Gustavo Montezuma Herbster, encontra-se atualmente exercendo a função de Juiz Corregedor Auxiliar, desde 07.07.2022, de acordo com a Portaria nº 1552/2022.

Interessante ressaltar a produtividade dos colaboradores da Unidade em tela em três aspectos: Sentenças, Decisões e Despachos nos últimos três meses, senão vejamos:



GESTÃO DE EXPEDIENTES – DOCUMENTOS POR COLABORADOR – SENTENÇA - SAJPG			
COLABORADOR	JUNHO/2022	JULHO/2022	AGOSTO/2022
41523 - LIA ALVES MARTINS	95	30	115
45667 - RAFAEL DE ALCANTARA VASCONCELOS	25	36	12
5336 - LUIS GUSTAVO MONTEZUMA HERBSTER – magistrado	7	1	----
45635 - MARIANA SILVA DO NASCIMENTO	5	----	----
47152 - IDELWEIDES BRAZ FEITOSA ARRAIS	----	1	----
43851 - FLAVIO VINICIUS ALVES CORDEIRO - magistrado	----	13	2

GESTÃO DE EXPEDIENTES – DOCUMENTOS POR COLABORADOR – DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - SAGPG			
COLABORADOR	JUNHO/2022	JULHO/2022	AGOSTO/2022
41523 - LIA ALVES MARTINS	65	20	83
45667 - RAFAEL DE ALCANTARA VASCONCELOS	56	75	53
5336 - LUIS GUSTAVO MONTEZUMA HERBSTER – magistrado	----	----	----
45635 - MARIANA SILVA DO NASCIMENTO	11	8	----
47152 - IDELWEIDES BRAZ FEITOSA ARRAIS	---	---	----
43851 - FLAVIO VINICIUS ALVES CORDEIRO - magistrado	----	4	----
43848 - PRISCILLA EMANUELLE DE MELO CAVALCANTE	----	----	10
45446 - NIKELLY RIBEIRO RAULINO	----	----	5
574 - PAULO SERGIO FERNANDES CALIXTO	----	----	2

GESTÃO DE EXPEDIENTES – DOCUMENTOS POR COLABORADOR – DESPACHOS - Sajpg			
COLABORADOR	JUNHO/2022	JULHO/2022	AGOSTO/2022



45667 - RAFAEL DE ALCANTARA VASCONCELOS	219	247	143
41523 - LIA ALVES MARTINS	163	149	436
45635 - MARIANA SILVA DO NASCIMENTO	34	38	----
640 - LUCIMAR PEREIRA XAVIER CAVALCANTE	4	9	14
5336 - LUIS GUSTAVO MONTEZUMA HERBSTER	2	6	----
43851 - FLAVIO VINICIUS ALVES CORDEIRO - magistrado	----	-----	8

Em linhas gerais, nota-se a necessidade da unidade judiciária elaborar mais minutas, tendo em vista que **19,28% do acervo aguarda provimento judicial, principalmente despachos.**

***Além disso, é necessário que o magistrado fiscalize a produtividade dos servidores, com base no art. 35, inc. VII, da LOMAN.***

**Outro ponto que será destacado é a quantidade de processos movimentados:**

GESTÃO DE EXPEDIENTES – QUANTIDADE DE PROCESSOS MOVIMENTADOS		
Indicador	% de Processos Movimentados	Processos Movimentados
Junho/2022	50.87%	1263
Julho/2022	43,51%	1089
Agosto/2022	52,52%	1323

Extraí-se da tabela *supra* que o módulo em tela nos meses de junho e agosto/2022 movimentou mais da metade do seu acervo, demonstrando, por conseguinte, que possui capacidade para tal. Desse modo, recomenda-se que mantenha a movimentação dos mencionados meses.

Por derradeiro, e visando a aprimorar a prestação jurisdicional, deve a unidade passar a utilizar, com frequência, as novas ferramentas introduzidas pela gestão atual do TJCE, a saber: Sistema de Estatísticas e Informações - SEI e a ferramenta da videoconferência, sobretudo no atual cenário em que os magistrados de 1.º e 2.º grau estão exercendo diversas atividades de forma remota.



Os sistemas acima mencionados, de fato, são perfeitamente capazes de garantir o cumprimento do princípio constitucional da celeridade, bem assim inicial construção de planejamentos estratégicos referentes à administração da Unidade.

Concluídos os trabalhos inspecionais, recomenda-se o Juiz de Direito Flávio Vinícius Alves Cordeiro corrigir algumas pendências da prestação jurisdicional: analisar os processos julgados e realizar a devida baixa (343, em 03.10.2022); priorizar o andamento das demandas prioritárias (parte idosa); impulsionar/sentenciar os feitos insertos nas Metas 02 e 04, CNJ, à secretaria deve cumprir com celeridade os pronunciamentos jurisdicionais, impulsionar os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, **dispensando-se o monitoramento da Unidade inspecionada, em razão de não atender a dois dos critérios do Comunicado Interno n.º 02/2022/GABCGJCE, de 18 de abril de 2022 (Julgados/Casos Novos 88,34%; Taxa de Congestionamento 67,33%, 15,12% acervo paralisado e 178 feitos pendentes de julgamento Meta 02, CNJ – 6,92% do acervo processual).**

Por isso, opina-se a Vossa Excelência que o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Boa Viagem/Ce seja cientificado dos termos deste relatório, em prazo estipulado por Vossa Excelência para cumprimento das recomendações aqui expostas, fornecendo, de envolta, manifestação que julgar cabível e comprovação da adoção das providências executadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza, data registrada no sistema.

**JOSUÉ DE SOUSA LIMA JÚNIOR**  
**JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR**

